

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.467 - GO (2020/0078859-7)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : WILLIAN ALVES DUARTE (PRESO)**  
**ADVOGADO : FLÁVIA APARECIDA PIRES ARRATIA - DF044891**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WILLIAN ALVES DUARTE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás proferido no HC n.º 5678439.98.2019.8.09.0000.

Consta dos autos que o Paciente, após representação da autoridade policial, teve prisão preventiva decretada no dia 07/11/2019, pela suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2.º, incisos II e V, e § 2.º-A, inciso I, do Código Penal. Isso porque, em tese, subtraiu a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), diversos objetos e um veículo VW Crossfox na Igreja Matriz da Paróquia Santo Antônio, em Planaltina de Goiás/GO.

Irresignada, a Defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal estadual, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (fl. 183):

**"HABEAS CORPUS. PRISÃO ANTECIPADA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ILEGALIDADE AFASTADA.**

*Não evidencia a ilegalidade da prisão antecipada do paciente, pelo crime de roubo majorado, tipificado pelo art. 157, § 2.º, incisos II e V, § 2.º-A, inciso I, do Código Penal Brasileiro, apontados a prova da materialidade, os indícios da autoria, a gravidade dos fatos e a violência, a imobilização da vítima e as ameaças de dilaceração de membros do corpo, revelando acentuada perigosidade social, estando a providência extrema em sintonia com o art. 312, do Código de Processo Penal, afastando cautelar diversa.*

**ORDEM DENEGADA."**

Na presente insurgência, o Recorrente alega a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva. Aduz que "*não houve informação concreta sobre a autoria dos fatos e, da leitura dos autos de representação é possível concluir que a cada instante a autoridade policial indica indivíduos que poderiam estar envolvidos no ilícito, inclusive noticiou-se que um dos supostos suspeitos fora morto em perseguição policial*" (fl. 190). Afirma ostentar condições pessoais favoráveis, tais como, residência fixa e

trabalho lícito.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da sua prisão preventiva, ainda que lhe sejam impostas medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de urgência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

De início, quanto à alegação de que não há indícios suficientes de autoria, ressalto o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça de que "[o] habeas corpus *não se presta a reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva, pois demanda aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na via eleita*" (AgRg no HC 521.937/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 17/09/2019).

Desse modo, vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de indícios suficientes de materialidade e autoria do crime para justificar a custódia cautelar do Recorrente, o afastamento do substrato fático em que se ampara o decreto preventivo demandaria o revolvimento da prova, o que não é possível na estreita e célere via do *habeas corpus*.

No que se refere aos requisitos da prisão preventiva, destaco que, ao deferir a representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva do Recorrente, o Juízo processante, com posterior aval do Tribunal de origem, consignou o que se segue (fls. 122-123; sem grifos no original):

*"Segundo abalizada doutrina e jurisprudência, a prisão preventiva somente poderá ser decretada em caso de imperiosa o necessidade, posto que o direito de liberdade é princípio fundamental assegurado no texto constitucional, não sendo absoluto diante das exceções figuradas na própria Carta Política e quando ocorrer qualquer das hipóteses do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*A redação dada ao CPP pela Lei 12.403/11 deu nova acepção à prisão cautelar, criando medidas cautelares que se medeiam entre a liberdade do indivíduo e a prisão preventiva, afirmando categoricamente que dar-se-á a prisão preventiva em último caso (artigo 282, § 40, CPP)*

*e que somente 'será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (artigo 319)' (artigo 282, § 60, CPP), ou seja, a prisão cautelar será decretada apenas quando as situações fáticas descritas no caso concreto impuserem um dever de cautela demonstrando que a prisão será a última saída para que não haja deturpação da ordem pública ou da ordem econômica, seja conveniente à instrução criminal ou assegure a aplicação da lei penal.*

***Da análise dos autos observe a existência de prova da materialidade do crime, especialmente pela declaração da vítima e demais elementos de informação colacionado aos autos.***

***Quanto ao requisito do artigo 312 do CPP, a segregação cautelar dos agentes se faz necessária para garantia da ordem pública, em razão da periculosidade concreta dos investigados, evidenciada pelo modo de execução do crime, posto que os agentes amordaçaram a vítima e amarraram a vítima, bem como a trancaram no banheiro da residência.***

*Ainda, mostra-se pujante a possibilidade de reiteração delitiva, mormente pela narrativa da autoridade policial da participação dos representados em outros crimes da mesma natureza.*

*Destarte, os elementos coligidos ao feito demonstram a periculosidade dos investigados.*

*Destaque-se, por oportuno, que o princípio constitucional da não-culpabilidade prévia é compatível com as custódias cautelares, não impedindo a decretação de prisão antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, desde que presentes quaisquer das hipóteses previstas em lei.*

*Friso, ainda, que eventuais predicados pessoais não são suficientes, por si só, para afastar a decretação da prisão preventiva quando presentes os seus requisitos."*

Transcrevo, ainda, o seguinte trecho do acórdão ora impugnado (fls. 177-178; sem grifos no original):

***"A autoridade impetrada, na imposição da custódia antecipada do paciente, por violação do art. 157, §2º, incisos II e V, §2º-A, inciso I, do Código Penal Brasileiro, apontou a necessidade da medida extrema, em razão da gravidade concreta do fato, o comportamento anterior à prática do ilícito, o envio de mensagem para o celular da vítima, a forma de execução, o concurso de agentes e o uso de arma de fogo, o desprezo pelo sentimento religioso, roubo em paróquia, com extrema violência, imobilização, ameaças de dilaceração de membros do corpo, demonstrando a perigosidade social, em sintonia com condição autorizativa do art. 312, do Código de Processo Penal, afastando a aplicação de cautelar diversa.***

***Não evidencia a ilegalidade da prisão antecipada do paciente, pelo crime de roubo majorado, tipificado pelo art. 157, §2º, incisos II e V, §2º-A, inciso I, do Código Penal Brasileiro, apontados a prova da materialidade, os indícios da autoria, a gravidade dos fatos e a violência,***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*a imobilização da vítima e as ameaças de dilaceração de membros do corpo, revelando acentuada perigosidade social, estando a providência extrema em sintonia com o art. 312, do Código de Processo Penal, afastando cautelar diversa.*

Como se vê, *prima facie*, revela-se necessária a segregação cautelar do Recorrente para a garantia da ordem pública, **mormente pela gravidade concreta da conduta**, circunstância que denota, em princípio, a idoneidade da fundamentação utilizada pelas instâncias ordinárias.

A propósito, a jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que "*a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva*" (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/04/2018).

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás sobre o alegado no presente recurso, solicitando-lhes, ainda, a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte de origem requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora